

Teodiceia: a origem do mal no pensamento do filósofo Leibniz*

Theodicy: the origin of evil in thought of the philosopher Leibniz

Luciano Gomes dos Santos**

Resumo

O presente artigo visa apresentar a origem do mal no pensamento do filósofo Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). A reflexão do mal está presente na obra *Teodiceia*, uma espécie de ciência, doutrina da justiça de Deus, isto é, tanto de sua sabedoria quanto de sua bondade. O mal é dividido em três dimensões: metafísico, físico e moral. Leibniz faz do mal metafísico a fonte e a origem da qual derivam todos os males (físico e moral). O mal ocorre por acidente, por inerência, isto é, não é uma realidade positivamente dada e desejada em si mesma, e, sim, uma deficiência ou privação. O mal não é obstáculo para a bondade de Deus. O homem não tende ao mal, e sim, ao bem, pelo menos à sua aparência. Ao mesmo tempo, Deus age em função do bem, e não do mal, na medida em que este nunca ocorre positivamente, e, sim, por concomitância. Leibniz defende que Deus permite o mal em função do livre-arbítrio.

Palavras-chave: Bondade. Deus. Homem. Liberdade. Mal.

* Artigo recebido em 31/08/2017 e aprovado para publicação em 24/10/2017.

** Doutorando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Apoio: CAPES.

Abstract

The present article aims to present the origin of evil in the thought of the philosopher Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). The reflection on evil is present in *Theodicy*, a kind of science, doctrine of the justice of God, that is, both of his wisdom and of his goodness. Evil is divided into three dimensions: metaphysical, physical and moral. According to Leibniz metaphysical evil is the source and origin from which all evils (physical and moral) derive. Evil occurs by accident, inherently, that is, it is not a positively given and desired reality in itself, but a deficiency or deprivation. Evil is not an obstacle to the goodness of God. Man does not tend to evil, but to good, at least to his appearance. At the same time, God acts for good, not evil, insofar as it never occurs positively, but through concomitance. Leibniz argues that God allows evil as a function of free will.

Keywords: Goodness. God. Men. Freedom. Evil.

Introdução

Ensaio de Teodiceia foi escrito pelo filósofo Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e publicado no ano de 1710. A Teodiceia para Leibniz “é como uma espécie de ciência, [...] doutrina da justiça de Deus, isto é, tanto de sua sabedoria quanto de sua bondade” (LEIBNIZ, 2013, p. 11). A *Teodiceia* trata de como devemos compreender as perfeições divinas, especialmente a bondade e a justiça.

Neste tratado, Leibniz dedica-se a responder duas questões na elaboração de uma teodiceia: a primeira, como justificar o mal no mundo frente à infinita bondade e onipotência divinas? Se Deus é bom e, tudo o que existe, existe segundo sua vontade, como pode existir o mal no mundo?

A segunda questão de Leibniz versa sobre uma possível conciliação entre a liberdade e a providência divina: ou bem o homem é livre, pode ser julgado responsável pelas suas ações, mas isso seria incompatível com a ideia de que toda realidade é produto da vontade divina, ou bem admite-se tudo o que existe, existe em virtude dos decretos da vontade divina, o homem sendo assim forçado a fazer o bem e o mal, não podendo ser julgado por suas ações.

A questão inicial, para adentrar-se na reflexão da origem do mal na obra *Ensaio de Teodiceia* é a seguinte: Se Deus existe, de onde vem o mal? Se Ele não existe, de onde vem o bem? Leibniz classifica o mal em três tipologias: o mal metafísico (a imperfeição do ser criado); o mal físico (o sofrimento) e o mal moral (o pecado).

Para Leibniz, “Deus é tanto o criador da harmonia preestabelecida do universo como o grande matemático ordenador da combinação de mônadas do universo” (ESTRADA, 2004, p.199). O mal seria a desarmonia no universo inteligível e ativo ordenado por Deus. Nesta perspectiva, deve-se situá-lo, contextualizá-lo e integrá-lo no conjunto da criação de Deus para compreendê-lo.

Leibniz não acredita num fundamento ontológico do mal, pois Deus é perfeito e justifica “a ordem ontológica, gnosiológica e existencial” (ESTRADA, 2004, p.299). O mal é um problema que deve ser esclarecido, ou seja, origem, finalidade e significado. O mal tem um significado que não pode estar em contradição com a criação divina nem ser dimensão de caos no universo, como algo que acontece à revelia de Deus. O mal é o “obstáculo fundamental para a harmonia e a racionalidade universais, o grande desafio a ser enfrentado” (ESTRADA, 2004, p. 201).

Leibniz com a obra *Teodiceia* vai imprimir nova concepção de indagação a respeito do sofrimento humano, transferindo-a do contexto religioso para o domínio da razão secular, “que age como juiz e que vê no mal um obstáculo para a afirmação racional de Deus” (ESTRADA, 2004, p. 202).

O texto apresentará inicialmente sua perspectiva metafísica e depois refletirá sobre a problemática do mal, considerando suas três dimensões: metafísico, físico e moral.

1. O melhor dos mundos possíveis: arquitetura geral da metafísica leibniziana

Leibniz é o herdeiro do otimismo racionalista cartesiano, que culmina em Hegel. O seu pensamento metafísico articula “a ação divina, a liberdade humana e a facticidade do mal” (ESTRADA, 2004, p.206). Leibniz procura fazer a mediação entre o racionalismo e a concepção voluntarista de Deus, isto é, em Deus coincidem o entendimento, ou seja, fonte das essências possíveis e a vontade, isto é, fonte das existências (ESTRADA, 2004, p. 207). Seu entendimento concebe a infinitude de mundos possíveis, que têm realidade nas ideias eternas de Deus, ao passo que a vontade se decide e dá existência ao mundo real em que nós vivemos.

A escolha de Deus se baseia na ideia da perfeição. Sendo o arquiteto supremo do universo, Deus escolhe, dentre uma infinidade de projetos, aquele que, no conjunto, é o melhor de todos. Leibniz faz referência a uma diversidade de mundos possíveis como ideias divinas que lutam por existir, ou seja, que competem para tornar-se realidade por intermédio do livre agir de Deus.

Deus é a razão primeira de todas as coisas [...] Então, é preciso procurar a razão da existência do mundo, que é a completa reunião das coisas contingentes, e é preciso procurá-la na substância que traz em si mesma a razão de sua existência, a qual, portanto, é necessária e eterna [...] que essa causa seja inteligente [...] é preciso que a causa do mundo tenha tido consideração ou relação com todos esses mundos possíveis, a fim de determinar um deles [...] Pode dizer que tão logo Deus determinou criar algo, ocorre uma luta entre todos os possíveis, todos pretendentes à existência, e que os que unidos entre si produzem mais realidade, mais perfeição, mais inteligibilidade vencem (Teodiceia, n. 7; 201).

Conforme o pensamento de Leibniz, Deus não pode mudar sua natureza, nem agir fora da ordem (Teodiceia, n. 327). Ele sempre age em vista de determinadas razões. Para Leibniz, "Deus vê de uma só vez toda a sequência desse Universo quando o escolhe; [...] não tem necessidade da ligação dos efeitos com as causas para prever esses efeitos" (Teodiceia, n. 360). Deus vê uma parte da sequência na outra. O presente está prenhe do futuro (Idem).

Nesta perspectiva, tudo é escolhido por Deus de acordo com o princípio da razão suficiente, ou seja, Ele age de maneira necessária. O sistema metafísico leibniziano é perfeitamente integrado, em que a parte acarreta o todo sem dissonâncias nem paradoxos. Assim, Leibniz "sustenta que não há incoerência lógica entre a existência de Deus e a do mal, como esclarece os motivos pelos quais ele existe" (ESTRADA, 2004, p.208).

Para Leibniz, Deus criou o melhor dos mundos possíveis, Ele escolhe voluntariamente o melhor, pois do contrário não seria perfeito: a vontade antecedente de Deus (que considera o bem como tal, tomado em si mesmo) é complementada com o princípio de perfeição da vontade consequente (Deus tem em vista a possibilidade concreta, relacionando-a com outras possibilidades e integrando-a em uma série (Teodiceia, n. 22-23). Leibniz defende o utilitarismo e pressupõe que Deus sempre é obrigado a criar o melhor.

Leibniz estabelece uma conexão das duas vontades, a antecedente e a consequente, com a propensão para o bem e a permissão do mal. Pode-se afirmar que a sabedoria divina corrige sua bondade. Entretanto, não se pode aceitar que Deus tenha criado um mundo globalmente mau, pois isso invalidaria a combinação escolhida: "Deus é infinitamente poderoso [...] seu poder é indeterminado, a bondade e a sabedoria unidas o determinam a produzir o melhor" (Teodiceia, n. 130). Leibniz afirma também que "Deus não poderia estabelecer um sistema ligado de maneira imperfeita e repleto de dissonâncias" (Idem).

A análise de Leibniz leva a crer que em última instância, Deus não poderia agir de outro modo. Essa inevitabilidade do mal na ação criadora condena o homem à passividade e à resignação diante do mal, já que não se pode cogitar em corrigir a obra divina. Podemos dizer que Leibniz situa-se nas “antípodas da crença, segundo a qual a criação é uma obra imperfeita e imatura, que deve ser aperfeiçoada” (ESTRADA, 2004, p.210).

2. As concepções de mal na Teodiceia

Leibniz ordena e organiza sistematicamente o mal. Ele parte de sua permissão em conexão com a criação do melhor dos mundos possíveis. Em que consiste o mal e suas modalidades? Leibniz de início adota uma concepção tradicional: “o mal é uma privação do ser, ao passo que a ação de Deus se orienta para a positividade” (ESTRADA, 2004, p.211). O mal ocorre por acidente, por inerência, isto é, não é uma realidade positivamente dada e desejada em si mesma, e, sim, uma deficiência ou privação. O mal não é obstáculo para a bondade de Deus. O homem não tende ao mal, e sim, ao bem, pelo menos à sua aparência. Ao mesmo tempo, Deus age em função do bem, e não do mal, na medida em que este nunca ocorre positivamente, e, sim, por concomitância.

A ideologia filosófico-religiosa para Leibniz funciona como filtro para definir a realidade, sem deixar questionar por ela. Na Teodiceia, há articulação entre a positividade da criação e Deus. Leibniz defende a convergência entre ser, bem e beleza na ordem da criação. A partir desta perspectiva, ele classifica o mal em três modalidades: o mal metafísico, o mal físico e o mal moral: “o mal metafísico consiste na simples imperfeição, o mal físico, no sofrimento, e o mal moral, no pecado” (Teodiceia, n. 21).

2.1 O mal metafísico

O mal metafísico refere-se na imperfeição original e radical da criatura humana. Trata-se de um mal inerente à contingência e à finitude do ser humano como criatura, uma limitação anterior ao próprio pecado original, ou seja, à má ação do homem. Essa imperfeição é inevitável, pois sua inexistência daria origem à divinização da criatura.

Deus sempre dá à criatura e produz continuamente o que existe de positivo, de bom e de perfeito nela, todo dom perfeito vindo do pai das luzes; enquanto as imperfeições e os defeitos das operações vêm da limitação original que a criatura não pôde deixar de receber com o primeiro começo de seu ser pelas razões

ideais que a limitam. Pois Deus não podia lhe dar tudo sem fazer dela um Deus; seria preciso, então, que houvesse diferentes graus na perfeição das coisas, e que também houvesse limitações de toda sorte (Teodiceia, n. 31).

A imperfeição original é a condição de possibilidade de todo mal e prepara o terreno para o “mal radical” de Kant, mas com sentido diferente. Leibniz analisa que a imperfeição original das criaturas estabelece limites à ação do Criador, que tende ao bem. Mas como a própria matéria é um efeito de Deus, não poderia ser ela mesma a fonte do mal e da imperfeição (Teodiceia, n. 380).

Leibniz faz do mal metafísico a fonte e a origem da qual derivam todos os males. O aspecto contingente, finito, limitado e perecedouro, próprio da ordem da criação, passa a ser visto como o mal metafísico por antonomásia, alijando o problema existencial da morte, símbolo por excelência da contingência e da finitude humanas. O mal não guarda relação com a certeza de que haveremos de morrer, apesar de aspirarmos à imortalidade; ele se afigura antes como imperfeição da criatura.

A imperfeição original das criaturas é um fato da criação; não é um limite à ação de Deus, e sim, sua consequência. Ao equilibrar a condição de criatura e o mal, Leibniz o legitima, pois a criação não só é boa, como é a melhor possível. Todavia, o mal inerente à condição de criatura tem de carecer de peso específico; ele não pode se opor à criação para criticá-lo por sua deficiência, pois é parte constitutiva dela.

Leibniz parte da perfeição do universo desde a criação, evitando a ideia de que Deus tem que fazer intervenções subsequentes para aperfeiçoá-la. A onipotência e a bondade divinas não podem criar um “relógio que atrasa”; a sua providência não é a do relojoeiro que faz ajustes, mas a do criador de uma obra perfeita que possibilita a autonomia do mecanismo universal (ESTRADA, 2004, p.215). A desordem que se possa perceber na obra divina é compensada pela harmonia do conjunto, na qual predomina a opção de Deus pelo mais belo e perfeito. O mal adquire função e se fragmenta, pois um mal que está a serviço da harmonia universal é um mal menor, quase um bem.

2.2 O mal moral

A dimensão moral do mal era objeto de grandes polêmicas teológicas e filosóficas que pretendiam estabelecer um estreito liame do Deus onipotente e onisciente com o homem livre e sua ação contingente. O desafio é como conciliar a presciência divina, que permite conhecer o futuro,

e sua bondade com a má ação moral (Teodiceia n.1-3). Para responder a essa problemática, Leibniz parte de duas correntes da época e faz um balanço das dificuldades:

- (1) alguns negam a santidade e a justiça de Deus, afirmando ser ele mesmo quem permite, e até ordena, a perpetuação das ações imorais;
- (2) já para outros, ao contrário, é Deus quem cria as situações favoráveis que conduzem o homem à ação imoral.

Em última instância, Deus é o agente responsável pela salvação ou condenação humana e pela ação que a determina (Teodiceia n. 4). Há também as questões teológicas a serem consideradas:

- (1) poucos são salvos; logo, não é da vontade de Deus que sejam muitos;
- (2) o problema é grave quando se considera que a salvação é um dom de Deus e que a bondade dos eleitos, em última instância, deriva dele;
- (3) Onde estão, pois, sua justiça e sua bondade?
- (4) Por que ele prefere uns e outros, agindo com parcialidade?
- (5) Se o pecado original explica a condenação de todos e a salvação de uns poucos por bondade divina, por que Deus, só salva esses poucos e não todos?

Leibniz procura uma solução para conciliar a necessária atuação divina com a contingência imprevisível. Ele parte da liberdade humana, sempre limitada e condicionada, mas real, que é a origem do mal moral.

Nós estabelecemos que o livre-arbítrio é a causa próxima do mal da culpa, e em seguida do mal das penas, embora seja verdadeiro que a imperfeição original das criaturas que se encontra representada nas ideias eternas delas é a primeira e a mais distante de suas causas (Teodiceia n. 288).

Essa liberdade pode ser imanentemente explicada em correlação com o entendimento e a vontade. O homem é livre, mas sua liberdade não é indiferença, já que o sujeito sempre está propenso e tem tendências e paixões. Leibniz afirma que "há uma predeterminação interna da liberdade, que depende da constituição do sujeito, das motivações arraigadas em sua natureza e das afeições de seu caráter" (ESTRADA, 2004, p.219). Leibniz para formular o problema da liberdade parte do sujeito empírico. Ele estabelece uma distinção entre a conduta que se deixa levar pelas meras motivações afetivas e a que se pauta pelas ideias claras e distintas, que são as que determinam mais fortemente a vontade.

Leibniz afirma que só a conduta racionalmente determinada é compatível com a liberdade, ao passo que o comportamento afetivo e passional é imperfeito e constitui a origem do mal moral (Teodiceia n. 34, 46, 50, 52-53, 132). Isto é, o homem tem uma liberdade condicionada e limitada, mas pode escolher, e é por esse motivo que o mal moral ocorre. O mal é resultado do livre-arbítrio. Leibniz afirma também que, o mal é necessário conforme guarda correlação com o mundo melhor, criado por Deus, mas, quanto à sua atualidade, ele é imprevisível, radica na liberdade contingente. Assim, Leibniz acaba cometendo o contra senso de falar bem do mal, segundo uma providência que se aproveita da atualização humana do mal para favorecer a harmonia universal.

Explicaremos em que sentido é verdade que Deus concorre não para a formalidade, mas para a materialidade do pecado, ou seja, para o que há de bom no mal. [...] Desse modo, o fundamento do mal é necessário, mas sua produção é contingente. Em outras palavras, é necessário que o mal seja possível, mas é contingente que seja atual (LEIBNIZ *apud* ESTRADA, 2004, p.220).

Esse pensamento não impossibilita reconhecer a santidade e a justiça divinas, já que todos têm graça suficiente para não pecar. Não somos obrigados a escolher ou a agir em determinada direção. Deus, que conhece todos os possíveis futuríveis, escolhe como atual um determinado mundo, no qual sabe como agiremos. Todas as ações das criaturas estão previstas nos mundos contingentes que se encontram no entendimento divino, antes que sua vontade se decida a dar existência a um deles, que é o melhor possível (Teodiceia, n.47, 42-54, 381).

Com base nessa perspectiva, Leibniz defende que Deus permite o mal em função do livre-arbítrio:

Querer que Deus não confira o livre-arbítrio às criaturas racionais é o mesmo que querer que tais criaturas não existam. Por outro lado, pretender que Deus as impeça de abusar do livre-arbítrio é o mesmo que pretender que só existam essas criaturas e que tudo foi feito para elas. Se só levasse em consideração essas criaturas, Deus certamente impediria que elas se perdessem (LEIBNIZ *apud* ESTRADA, 2004, p.221).

O presente argumento tornou-se posteriormente a base racional para a explicação do mal moral. O fato de que seja impossível um mundo no qual haja liberdade e inexista a possibilidade do mal moral não legitima, entretanto, todo o mal moral existente. Leibniz afirma que Deus poderia ter dado vontade perfeita às criaturas para que elas evitassem a escolha do mal, mas não seria conveniente que as criaturas possuíssem tamanha perfeição, pois estaria próxima da divindade (Teodiceia, n.119, 120).

A relevância do argumento de Leibniz, é que a liberdade da criatura é a causa do mal moral e que sem essa liberdade não haveria seres racionais. É impensável um mundo de liberdade sem a existência do mal moral; logo, Deus não pode optar por ele, do mesmo modo como não poderia optar por um círculo quadrado. O perfeccionismo do melhor prevalece sobre a tradicional afirmação cristã acerca de um mundo bom por amor. A isso se acresce o fato de que Deus não irá agir constantemente para fazer com que procedamos bem. O mal originado pelo exercício da liberdade é um mal menor, em comparação com o bem de criar seres racionais e livres (Teodiceia, n. 23-25).

Leibniz argumenta que não existe inconsistência lógica em se defender o mal como consequência da liberdade. O problema se complica quando consideramos cada ação concreta. Deus não poderia criar circunstâncias favoráveis que impedissem certas ações morais e suas nefastas consequências para a humanidade? Quando se pensa o mal em termos abstratos e gerais, é fácil discorrer a seu respeito. A questão se agrava quando se aborda o mal concreto. Leibniz opta pela teodiceia, mas nunca aterrissa no sofrimento concreto. Quando mais teodiceia, maior grau de abstração na formulação do mal.

Deus cria o homem livremente, inclusive aqueles que irão agir mal, os quais são integrados na criação harmônica. São peças utilizadas pelo bom arquiteto, que busca o bem do conjunto e assume o previsível mau funcionamento das *mônadas* livres. Essa funcionalização do mal moral não implica que Deus queira o mal moral em si mesmo, de vez que o mal não é um meio positivamente desejado para um fim superior. O que ocorre é que Deus tem razões para permiti-lo e possibilitá-lo, porque não pode impedi-lo, se quiser criaturas racionais e livres. Essa conveniência faz parte dos argumentos gerais formulados em relação ao mal metafísico. Um mundo sem pecado não seria o melhor, pois tudo está interligado; por esse motivo, ao escolher este mundo, Deus inclui a permissão do mal (Teodiceia, n. 9-124).

Por fim, Leibniz reivindica a autonomia da liberdade humana e admite que o homem não é uma marionete nas mãos de Deus. Por outro lado, faz da ação humana o resultado de uma combinação de forças alheias ao homem. O ser humano é visto como uma *mônada* autossuficiente e isolada, autárquica em si mesma. Assim, o mal moral origina-se de sua própria liberdade.

2.3 O mal físico

A terceira dimensão do mal se refere ao mal físico. Leibniz entende o mal físico, em sentido amplo, como dor, sofrimento, padecimento, desgosto, mal-estar etc. É tudo o que nos desagrada, o oposto do bem físico. Não só abrange o prazer, como se estende àquilo que experimentamos como carência e privação, como ocorre, por exemplo, com a saúde (Teodiceia, n. 251).

Leibniz resolve a questão pelas vias tradicionais, sem introduzir inovações. Deus quer o mal físico em razão de três perspectivas complementares:

Sobre o mal físico, pode-se dizer que Deus muitas vezes o quer como uma pena decorrente da culpa. Também com frequência, ele o quer como um meio adequado para um fim, isto é, para impedir maiores males ou para obter maiores bens. A pena funciona também como corretivo e como exemplo. E o mal amiúde serve para que melhor se aprecie o bem e para maior perfeição daquele que sofre (Teodiceia, n. 23).

O argumento de Leibniz a respeito do mal físico se resume a esse parágrafo da *Teodiceia*. Por um lado, o mal é um castigo, a pena pelo pecado. Aqui ele faz vistas grossas à evidência de que nem todos os homens são castigados pelo mal, nem na mesma medida. Por outro lado, o caráter admonitório e exemplar do sofrimento serve para legitimá-lo. A isso se soma a dimensão pedagógica, que enseja a luta meritória contra o mal. O mal serve de contraste para que se aprecie o bem, como ocorre, por exemplo, com a saúde, que valorizamos mais quando a perdemos.

Além disso, há a conhecida funcionalização do mal físico na perspectiva de conjunto. A providência divina cuida do universo como de um todo articulado e tem inúmeras razões para não impedir os sofrimentos, pois o mal pode engendrar um bem. Por esse motivo, Deus não só permite o mal, como sabiamente o possibilita e concorre para sua manifestação (Teodiceia, n. 10, 11, 13, 21, 107, 108, 127, 145). Leibniz tem consciência das dificuldades que essa afirmação suscita para qualquer pessoa sensível ao sofrimento. Contudo, ele as resolve por meio do recurso à fé, e não com argumentos racionais.

É imperioso que tenha havido razões determinantes ou ocultas que levaram a sabedoria divina a permitir o mal que tanto nos choca, pelo próprio fato de tê-las

permitido, pois nada que não seja perfeitamente conforme à sua bondade, justiça e santidade pode provir de Deus. Consequentemente, podemos julgar pelo evento, *a posteriori*, que essa permissão era indispensável, embora não possamos demonstrar detalhadamente, *a priori*, as razões que Deus pode ter tido para isso (LEIBNIZ *apud* ESTRADA, 2004, p.225).

O argumento de Leibniz apresenta a ausência da problematidade da dor humana. O sofrimento dotado de sentido é um mal menor, mas há padecimentos absurdos, que não conseguimos enfeixar em um todo nem lhes dar um sentido pedagógico ou tirar proveito deles. Para Leibniz não há vítimas, muito menos inocentes. O que existe são apenas padecimentos merecidos. Uma vez mais, ressurge o *leitmotiv* da glória de Deus para legitimar o sofrimento (Teodiceia, n. 123, 218). Em última instância, vale sempre o lema: "Deus fez; logo, fez bem". Não há qualquer possibilidade de questionar a ação de Deus, e não é que sua justiça tenha outras regras diferentes das conhecidas para a justiça humana. O direito universal é o mesmo para Deus e para os homens, mas a situação é totalmente diferente quando ele age.

Considerações finais

Após o estudo da obra Teodiceia, percebemos que o seu texto é uma defesa das perfeições divinas, ou seja, da justiça e da bondade de Deus. Leibniz justifica Deus utilizando-se da razão. Ele foi herdeiro do racionalismo otimista do filósofo René Descartes. O mal foi estudado em três dimensões: o mal metafísico (a imperfeição do ser criado); o mal físico (o sofrimento); e o mal moral (o pecado).

O mal metafísico refere-se na imperfeição original e radical da criatura humana. Trata-se de um mal inerente à contingência e à finitude do ser humano como criatura, uma limitação anterior ao próprio pecado original, ou seja, à má ação do homem. Essa imperfeição é inevitável, pois sua inexistência daria origem à divinização da criatura.

O mal moral é fruto da liberdade humana. O homem tem uma liberdade condicionada e limitada, mas pode escolher, e é por esse motivo que o mal moral ocorre. O mal é resultado do livre-arbítrio. Mas, para Leibniz, somente a conduta racionalmente determinada é compatível com a liberdade. Ele afirma também que o comportamento afetivo e passional pode conduzir o homem ao mal moral.

Poderíamos então questionar o seguinte: se Deus nos criou livres sabendo que poderíamos pecar, então porque nos criou? Para Leibniz, Deus

nos criou livres, pois do contrário seríamos meros fantoches na vida, nas emoções e nas nossas práxis. Creio que só existe ser humano, onde existe liberdade. Deus não pode impedir o homem de escolher e de assumir as consequências de suas escolhas. Deus não é o mal ao deixar o ser humano sofrer pelas suas escolhas. Temos que assumir a nossa condição humana com suas alegrias e dores.

O mal físico para Leibniz é entendido, em sentido amplo, como dor, sofrimento, padecimento, desgosto, mal-estar etc. É tudo o que nos desagrada, o oposto do bem físico. Não só abrange o prazer, como se estende àquilo que experimentamos como carência e privação, como ocorre, por exemplo, com a saúde. Leibniz afirma que o mal físico seria uma forma de decorrência da culpa, para impedir maiores males ou obter maiores bens e para que o ser humano aprecie melhor bem, buscando perfeição mediante àqueles que sofrem.

Podemos concluir que Deus não é a causa do mal. Leibniz desenvolve o seu argumento na esfera do racionalismo secular. O mal não é algo ontológico. Ele é privação do bem que nasce do livre-arbítrio do ser humano. Deus criou o melhor dos mundos possíveis. Há uma harmonia no universo e tudo concorre para a perfeição. Somos criados imperfeitos, pois do contrário seríamos iguais a Deus. O mal que o ser humano pratica faz parte da permissão de Deus, pois o homem é dotado de liberdade.

Referências

ESTRADA, Juan Antonio. *A impossível teodiceia* – a crise da fé em Deus e o problema do mal. São Paulo: Paulinas, 2004.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Ensaio de Teodiceia* – sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.